

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dando cumprimento aos preceitos legais e estatutários, vem o Conselho de Administração da **Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.** submeter à apreciação da Assembleia Geral o Relatório e Contas referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009.

1. ENQUADRAMENTO GERAL DA ACTIVIDADE

ENQUADRAMENTO MACRO-ECONÓMICO

Avaliação Global

A economia mundial atravessou nos últimos 2 anos um dos períodos mais conturbados desde a Grande Depressão dos anos 30, com consequências devastadoras na actividade produtiva e no emprego. Decorrente das políticas públicas de suporte à actividade económica e aos sistemas financeiros, ao longo do segundo semestre de 2009 surgiram os primeiros indícios de estabilização da actividade económica. Porém, devido à extensão dos danos causados anteriormente, esta recuperação poderá ser insuficiente para evitar o registo da primeira recessão económica mundial de há várias décadas.

Apesar de mais positivo, o cenário para a economia mundial em 2010 ainda encerra vários desafios. A transição do apoio das políticas públicas para o suporte do sector privado está sujeita a riscos. A solidez das finanças públicas, como elemento fundamental de confiança no Estado, e o compromisso de estabilidade de preços a prazo, crucial para as decisões de investimento, representam limites naturais a novos estímulos. Por outro lado, a alteração na preferência das famílias e na estratégia das empresas, com uma orientação marcadamente mais conservadora, deixa antever um processo de retoma mais lento do que noutros períodos de inversão do ciclo económico. Também, não é despicienda a incerteza com a oportunidade, forma e reacção à provável remoção das medidas de estímulo à actividade.

A economia portuguesa foi igualmente afectada pela crise global. Estima-se uma queda do produto interno bruto de cerca de 3% em termos reais em 2009 e, para 2010, projecta-se uma expansão muito limitada. As necessidades elevadas de financiamento a par com problemas crónicos de competitividade perduram como factores de risco relevantes.

Pese embora alguma recuperação no clima de confiança, o funcionamento regular dos mercados financeiros foi apenas parcialmente repostado, designadamente nos mercados interbancários, e o ciclo do crédito não se perfila favorável, decorrente dos fracos volumes de negócio e da deterioração na qualidade do crédito. Este enquadramento exigente para as instituições financeiras portuguesas, a par com uma posição globalmente deficitária nos mercados de capitais internacionais, impõe uma avaliação rigorosa dos riscos de liquidez e da utilização do capital, compele à persecução de ganhos de eficiência, e enfatiza a defesa de resultados, fundamental para o reforço da solvabilidade das instituições.

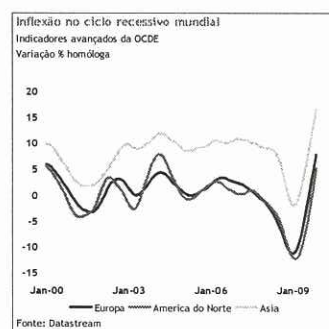
Orn
J. J. J.

Em virtude do aparente sucesso das políticas públicas em evitar a derrocada económica e social que começava a materializar-se, os indicadores económicos mais recentes sinalizam uma inflexão no ciclo recessivo mundial. As políticas de incentivo à despesa permitiram o escoamento das existências acumuladas, com repercussão evidente na reanimação da actividade produtiva e no comércio mundial.

Inflexão no ciclo recessivo mundial

Indicadores avançados da OCDE

Variação % homóloga



Retoma económica diferenciada em função do impacto da crise na condição financeira dos países

Esta alteração no curso da actividade tem conduzido à revisão dos cenários de crescimento económico para 2010 em sentido positivo. Em contrapartida acrescentou pesados encargos às finanças públicas. A confrontação com os limites razoáveis das políticas públicas sugere que a sustentação da retoma económica dependerá da capacidade da iniciativa privada em assumir-se como principal impulsionador do crescimento, fenómeno que se apresenta mais provável nos países onde a condição financeira das famílias e das empresas revela maior solidez.

As economias europeias foram particularmente afectadas nesta recessão mundial. São vários os países e instituições financeiras que, devido à prossecução de modelos de desenvolvimento e de negócio apartados dos fundamentais económicos, atravessam actualmente um período penoso de ajustamento.

Riscos ainda relevantes para a materialização dos cenários de crescimento

A fase mais pungente da crise parece ter passado, mas persistem riscos relevantes para o futuro próximo. De entre estes destaca-se um retrocesso da actividade económica, pela deficiente transição do impulso público para a iniciativa privada e pelo esgotamento dos efeitos temporários em acção. Este risco é superior nos países com níveis de endividamento mais elevados, com menor autonomia da procura interna e com maior vulnerabilidade às condições financeiras externas, factores que tendem a actuar, e a reforçar-se, em simultâneo.

Handwritten signature and initials in blue ink.

Num sentido diferente, o dinamismo das economias emergentes, algumas com insuficiências relevantes em termos de acesso a recursos naturais, poderá renovar as tensões sobre os mercados de matérias primas e, por conseguinte, interferir nos processos de recuperação de países que se encontrem mais atrasados no ciclo económico, designadamente naqueles com maior dependência de recursos primários do exterior.

Por último, as dificuldades económicas, financeiras e sociais presentes na generalidade dos países constituem um terreno fértil para o exacerbar de comportamentos proteccionistas, apesar da oposição institucional em sede de G20. Num cenário de fraco crescimento e de pressão social latente não se poderá ignorar o risco de práticas de protecção dos constituintes locais em prejuízo de processos de abertura comercial e da ajuda a países financeiramente mais debilitados.

Redução do risco deflacionista, mas pressões inflacionistas ainda moderadas

A taxa de inflação nas principais economias encontra-se em valores historicamente baixos devido à conjugação de efeitos estatísticos de base, relacionados com o comportamento do preço dos combustíveis e com a disponibilidade de recursos produtivos. Os níveis de utilização de capacidade instalada, apesar de terem evidenciado alguma recuperação nos últimos meses, continuam deprimidos. As taxas de desemprego subiram expressivamente na generalidade dos países, não obstante as medidas públicas de defesa e de incentivo ao emprego.

Aumento exponencial do desemprego

Taxas de desemprego
% população activa



Por estes motivos, as pressões subjacentes sobre os preços deverão permanecer moderadas.

Portugal menos afectado pela crise, mas com potencial de recuperação limitado

A economia portuguesa foi afectada pela crise global, estimando-se uma queda do produto interno bruto de cerca de 3% em termos reais em 2009, decorrente da contracção da despesa em investimento, privado e público, e das exportações. Para 2010, no pressuposto de evolução económica mais favorável para os principais parceiros comerciais, projecta-se uma expansão muito moderada do produto. O crescimento potencial afigura-se condicionado, na ausência de reformas estruturantes de impacto relativamente célere.

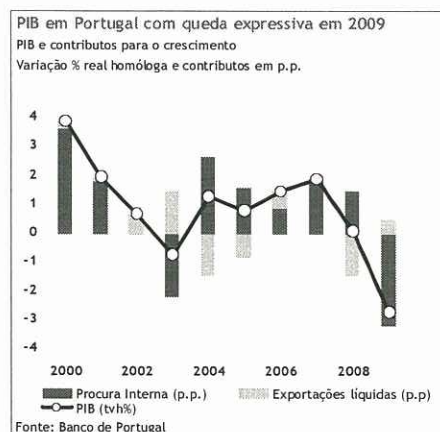
Handwritten signature

Handwritten signature

PIB em Portugal com queda expressiva em 2009

PIB e contributos para o crescimento

Variação % real homóloga e contributos em p.p.



O consumo privado abrandou significativamente mas a redução das taxas de juro para níveis anormalmente baixos e o processo desinflationista intenso contribuíram para mitigar o impacto da quebra de emprego nas finanças familiares. Não obstante, as restrições orçamentais, efectivas ou esperadas, manifestaram-se na alteração da preferência dos consumidores, mais selectivos na realização de despesa, designadamente nas aquisições de maior valor. A taxa de desemprego subiu para perto de 10%, um dos valores mais elevados do passado recente, a par com um aumento do desemprego estrutural. Os níveis mais elevados do desemprego verificam-se nos estratos da população com níveis de qualificação mais baixos e nos jovens à procura de primeiro emprego, reflexo da reduzida flexibilidade que prevalece no mercado de trabalho. A taxa de inflação em 2009 foi negativa (-0.8%), a menor variação anual dos preços desde a década de 60. A decomposição da inflação revela a influência do preço da energia neste processo. Para 2010, projecta-se um comportamento menos positivo deste agregado muito embora o efeito final deva ser mitigado pela evolução moderada dos preços de outros itens.

Clima de confiança prejudicado pelo desemprego

Índice de confiança das famílias e taxa de desemprego

Em valor-índice e em % da população activa



Handwritten signature and initials.

A redução intensa da procura interna reflectiu-se numa retracção pronunciada das importações, razão pela qual, não obstante o enquadramento muito adverso nos principais mercados de destino dos produtos e serviços portugueses, o contributo da procura externa líquida para o crescimento do PIB foi positivo em 2009. A ligeira recuperação da poupança privada, conjugada com termos de troca mais favoráveis, quando comparado com o ano de 2008, proporcionou uma redução do défice externo. Porém, este mantém valores muito elevados e evidencia elementos de alguma rigidez, decorrente do défice energético e da acumulação do endividamento nos últimos anos. Nestes factores, não se perfilam alterações favoráveis em 2010. Deste modo, a mera redução do défice comercial (excluindo bens energéticos) poderá revelar-se insuficiente para se conseguir um maior equilíbrio das contas externas. Impõe-se o passo suplementar de evoluir para uma situação excedentária nas rubricas não energéticas, mas tal, decerto, exigiria uma profunda alteração dos hábitos de despesa (consumo e investimento) que prevaleceram nos últimos anos, para além da desejada redução dos custos relativos.

A intervenção do Estado, em sintonia com os programas comunitários e ditada pelo curso da actividade económica, deixa um legado de finanças públicas debilitadas que limita as opções de política económica para os próximos anos. Uma vez que a reposição de valores mais baixos para o défice público dificilmente será conseguida com o efeito cíclico em reverso e tendo em conta a orientação do governo para investimento público de infra-estruturas será provável que seja necessário a adopção de medidas compensatórias noutras rubricas, por via de revisão de parâmetros fiscais, dos critérios para a atribuição de subsídios, para além de novo empenho em medidas de racionalização das despesas de funcionamento e no combate à evasão fiscal.

ENQUADRAMENTO DO SECTOR SEGURADOR

O volume de prémios de seguro directo e contratos de investimento do mercado português apresentou em 2009 um decréscimo face ao ano anterior, condicionado por uma conjuntura macro-económica de recessão, quer a nível internacional quer a nível nacional, nomeadamente pelo fraco dinamismo de agregados como o consumo privado, o investimento, o rendimento e o emprego, bem como, por uma intensa concorrência entre os operadores deste sector de actividade. De facto, o mercado segurador decresceu em 2009 cerca de 5% tendo atingindo cerca de 14,6 mil milhões de euros, o equivalente a 8,8% do PIB português. Este rácio, em relação ao PIB, que exprime a penetração do seguro na economia, manteve um nível elevado (9,2% em 2008).

Prémios de Seguro Directo e Contratos de Investimento - Actividade em Portugal (Milhões de euros)

Ramos	2009	2008	2007	2006	Var. 09/08	Var. 08/07	Var. 07/06
Vida	10.427,0	11.004,7	9.369,3	8.761,5	-5,2%	17,5%	6,9%
Não-Vida	4.131,6	4.321,0	4.381,6	4.361,3	-4,4%	-1,4%	0,5%
Total	14.558,6	15.325,8	13.750,9	13.122,9	-5,0%	11,5%	4,8%

Fonte: Associação Portuguesa de Seguradores.

A quebra do volume de negócios do sector segurador foi, em grande parte, condicionado pela retracção de cerca de 5% do ramo Vida, cujos prémios atingiram cerca de 10,4 mil milhões de euros. A razão para este quadro evolutivo em Vida decorre da *performance* do seu principal

Handwritten signature and initials.

segmento, os produtos de Capitalização, cujos prémios e contribuições diminuíram 16,5%, para perto de 6,3 mil milhões de euros.

Nos ramos Não Vida, muito por influência do comportamento geral da economia e eventualmente de alguns ajustamentos tarifários, a *performance* global de 2009 foi também de retracção do volume de prémios pelo segundo ano consecutivo. Os prémios cifraram-se em cerca de 4,1 mil milhões de euros, o que representa um decréscimo de mais de 4% face a 2008. Este comportamento, transversal a praticamente todos os ramos, continuou a ser fortemente influenciado pela queda dos prémios dos ramos Automóvel e Acidentes de Trabalho, segmentos mais penalizados pela conjuntura macro-económica e pela forte concorrência do sector segurador. Refira-se, no entanto, que alguns segmentos dos ramos Não Vida apresentam crescimentos positivos, como é o caso dos ramos de Doença e de Incêndio e Outros Danos, representando o peso de ambos cerca de 30% do total de Não Vida.

Relativamente aos custos com sinistros de seguro directo dos ramos Não Vida, regista-se no terceiro trimestre do ano, um crescimento de cerca de 3,7%, fruto de uma aceleração dos montantes pagos e de um decréscimo da variação da provisão para sinistros.

Ambos os factores, a quebra na receita e aumento do custo com sinistros, tiveram o correspondente impacto na taxa de sinistralidade líquida de resseguro, do segmento Não Vida com um agravamento de 7,1 pontos percentuais até Setembro de 2009.

No ano de 2009, embora o grau de concentração no mercado segurador nacional se mantenha elevado, diminuiu face ao ano anterior, invertendo uma tendência de reforço que já se registava há alguns anos. Os cinco maiores grupos seguradores foram responsáveis por cerca de 70% dos prémios emitidos em 2009, o que compara com 74% em 2008.

Não obstante a estagnação da actividade económica que se tem verificado, podemos afirmar que o sector segurador assenta num modelo sólido e robusto, estando a ultrapassar esta exigente conjuntura sem apoio financeiro por parte do Estado, sem casos de insolvência e mantendo um rácio de solvência muito acima dos 100% exigidos.

Análise dos Ramos Não Vida

O volume de prémios de seguro directo dos ramos Não Vida registaram em 2009 um decréscimo de 4,4% face a 2008. Este comportamento resulta essencialmente da recessão verificada em 2009 e vem reforçar a tendência que já se tinha feito sentir em 2008, em que se tinha registado um crescimento nominal negativo (1,4%).

Prémios de Seguro Directo - Actividade em Portugal (Milhões de euros)

Ramos	2009	2008	2007	2006	Var. 09/08	Var. 08/07	Var. 07/06
Automóvel	1.665,6	1.809,7	1.943,9	2.004,1	-8,0%	-6,9%	-3,0%
Incêndio	744,3	732,2	705,9	688,9	1,7%	3,7%	2,5%
Acidentes de Trabalho	673,7	741,1	762,5	773,6	-9,1%	-2,8%	-1,4%
Doença	499,7	482,8	440,5	408,4	3,5%	9,6%	7,8%
Ac. Pessoais	180,0	172,3	169,2	168,3	4,5%	1,8%	0,5%
Outros Ramos	368,3	382,9	359,6	317,9	-3,8%	6,5%	13,1%
Total	4.131,6	4.321,0	4.381,6	4.361,3	-4,4%	-1,4%	0,5%

Fonte: Associação Portuguesa de Seguradores.

DM
P. 17 B

No segmento Não Vida, manteve-se a tendência de decréscimo dos prémios de seguro directo do maior ramo – Automóvel – agora na ordem dos 8%, reflectindo a continua diminuição do prémio médio cobrado aos Clientes e a redução das vendas no sector automóvel.

Nos seguros de Acidentes de Trabalho acentuou-se a descida de prémios (-9,1%), que já se vem verificando desde 2007, em grande parte reflexo da diminuição da actividade económica. O peso relativo deste ramo no total de Não Vida continuou a diminuir tendo sido ultrapassado em 2009 pelo ramo de Incêndio que registou um ligeiro acréscimo, devido sobretudo à boa *performance* verificada nos produtos de Riscos Múltiplos.

Continuou a destacar-se pela positiva a dinâmica do ramo Doença com um crescimento de prémios de cerca de 3,5%. É uma evolução que se enquadra numa tendência que tem caracterizado os últimos anos e que decorre da crescente preocupação da população com o acesso aos cuidados de saúde e pela versatilidade, abrangência e acessibilidade deste tipo de seguros, que constituem cada vez mais uma séria alternativa aos serviços prestados pelos sistemas de saúde públicos.

Relativamente aos custos com sinistros líquidos de resseguro, verificou-se um aumento de 4% no terceiro trimestre de 2009, face a igual período do ano anterior.

Taxas de sinistralidade

Ramos	Jan-Set 2009	Jan-Set 2008	Jan-Set 2007	Jan-Set 2006	2008	2007	2006
Acidentes	75,9%	75,3%	72,4%	67,9%	77,7%	77,2%	77,8%
Doença	82,5%	75,6%	77,4%	77,7%	83,7%	82,8%	84,4%
Incêndio	58,8%	51,1%	46,9%	46,7%	53,3%	46,9%	52,0%
Automóvel	80,1%	70,5%	70,8%	69,5%	69,4%	70,6%	69,3%
Outros Ramos	73,8%	59,2%	58,5%	54,4%	66,7%	57,5%	71,6%
Não Vida	76,4%	69,3%	68,7%	66,9%	70,9%	70,1%	71,0%

Nota: Taxas calculadas sobre prémios emitidos. Os custos com sinistros incluem montantes pagos, variação da provisão p/sinistros e custos de gestão imputados. As taxas apresentadas são líquidas de efeito de resseguro.

Este agravamento é visível em vários ramos, mas mais evidente nos de maior peso, nomeadamente no ramo de Incêndio e no seguro de Doença, com natural reflexo no agravamento das taxas de sinistralidade.

2. SÍNTESE GLOBAL DA ACTIVIDADE

Em 2009 o mercado segurador registou um decréscimo de 5,0% no volume de prémios de seguro directo e contratos de investimento, face a 2008, o qual foi de 4,4% no ramo Não Vida, fruto do clima de contracção económica que caracterizou o ano e respectivos reflexos negativos nos rendimentos das famílias e resultados das empresas. Foi neste contexto que a Ocidental Seguros obteve uma *performance* significativamente acima da média do mercado, com um crescimento de prémios de seguro directo de 10,9% em Não Vida. Com estes resultados a Ocidental Seguros ganhou 0,7 p.p. de quota de mercado, estando no 7º lugar do ranking nacional.

O crescimento generalizado das várias linhas de negócio em Não Vida, traduz um ano activo em acções comerciais. A principal linha de negócio continua a ser o ramo Doença, onde os seguros de Saúde Médicos cresceram 16,4% (o ramo Doença na globalidade cresceu 3,5%), tendo a Millenniumbcp Fortis ganho 1,4 p.p. de quota de mercado, encurtando a distância para o líder de mercado que perdeu 1,5 p.p.

Handwritten signature and initials.

A inovação e o desenvolvimento de novos produtos continua a ser um dos objectivos estratégicos da Seguradora. Deste modo, foi renovada a oferta do Seguro Automóvel, o que contribuiu para a obtenção de 22.472 milhares de euros de prémios de seguro directo, ou seja um crescimento de 18,7% deste ramo face a 2008.

Foi ainda lançado o Plano Protecção Habitação, associado ao Crédito Habitação e integrado no aplicativo de subscrição respectivo, o qual veio reforçar esta linha de negócio e adicionar valor aos seguros associados a cada operação de crédito. Destaca-se ainda, em contra-ciclo com o decréscimo da venda associada a operações de crédito, o crescimento de 8% de crescimento do ramo Multirriscos, particularmente relevante, dado o tradicional peso da venda associada neste seguro, para o qual foi decisivo o aumento do prémio médio de 6% no Crédito Habitação e de 14% no Leasing, obtido através da promoção, com elevado sucesso, de coberturas de valor acrescentado e essenciais a uma protecção adequada dos nossos Clientes.

Por fim, gostaríamos de destacar o lançamento de um Seguro inovador no mercado, destinado à protecção de animais domésticos, que ultrapassou em vendas os 1.000 contratos em pouco mais de 6 meses.

As taxas de penetração de seguros dos Clientes do Millennium bcp continuam elevadas nos produtos associados a Crédito Habitação, no entanto, com ampla margem para crescimento nos seguros associados ao Crédito ao Consumo e às operações de Leasing Automóvel.

Em 2009 foi prosseguida a estratégia já iniciada em 2008 de distribuição multi-canal, visando consolidar o negócio Bancassurance e simultaneamente explorar novos canais, por forma a conquistar Clientes aos quais não chega a nossa proposta de valor, através de abordagens comerciais diversificadas, que assegurem à Ocidental Seguros transversalidade de mercado. O peso dos novos canais de distribuição já é visível em 2009: a Rede de Agentes & Corretores, por exemplo, que foi criada para explorar o segmento de Pequenas e Médias Empresas, ganhou robustez e volume, alcançando 22.542 milhares de euros (+ 247% que no ano de 2008). Foi lançada para esta Rede a marca Ocidental – Agentes & Corretores, cuja estratégia assenta na excelência de serviço e na manutenção de uma forte proximidade entre o distribuidor e a Seguradora, com alta ambição de crescimento.

Pautando como sempre pela excelência do serviço, cumpre destacar no ano, os valores históricos obtidos ao nível da satisfação dos Clientes internos do Millennium bcp, com os serviços da Seguradora.

ANÁLISE FINANCEIRA

O volume de **prémios brutos emitidos** atingiram 197.860 milhares de euros, valor que compara favoravelmente com os 178.670 milhares de euros do exercício anterior. Daqui resulta um crescimento absoluto de 10,7% para o período, quando o mercado apresentou um decréscimo na ordem dos 4,4%.

Destacamos pela positiva, o crescimento no volume de prémios dos ramos de Acidentes Trabalho, Automóvel e Doença, fruto de um maior contributo da rede Ocidental Agentes & Corretores para o total Não Vida (10,6%.em 2009).

Handwritten signature and initials in blue ink.

A **sinistralidade**, entendida como o rácio entre os custos com sinistros e os respectivos prémios adquiridos, fixou-se nos 57,1%, valor superior ao verificado em 2008 de 51,0%, mas bastante abaixo do mercado, reflectindo a rigorosa política de subscrição prosseguida em 2009.

No prosseguimento da política de resseguro da companhia, o **custo líquido do resseguro**, medido pelos prémios de resseguro cedido, deduzidos das respectivas comissões, diminuiu para 56,1% dos prémios brutos emitidos neste exercício, face aos 62,3% de 2008, como resultado da alteração dos tratados de resseguro de Automóvel e Acidentes de Trabalho.

Em 2009, como resultado do aumento dos prémios, da diminuição do custo do resseguro, do bom desempenho da taxa de sinistralidade e de uma melhoria dos rendimentos técnicos do exercício, o **resultado técnico** aumentou 13,2%, situando-se nos 19.613 milhares de euros, o que corresponde a 9,9% dos prémios brutos emitidos.

Os **gastos administrativos** diminuíram 12,3%, registando 14.018 milhares de euros, o que corresponde a 7,1% dos prémios brutos emitidos face aos 8,9% em 2008.

O **rácio combinado** situou-se nos 76,0%, reflectindo, deste modo, a gestão criteriosa dos sinistros aliada a uma política de controlo rigoroso dos custos administrativos.

A conjugação da evolução da margem técnica e dos custos de exploração, originaram que os **resultados antes de impostos** se situassem nos 20.132 milhares de euros, 10,2% dos prémios brutos emitidos. O **resultado líquido** após impostos cifrou-se em 14.465 milhares de euros.

O **activo líquido** da Occidental Seguros cifrou-se em 220.696 milhares de euros e o **capital próprio** em 44.839 milhares de euros, um crescimento de 22,7% face ao exercício anterior. A cobertura do activo pelos capitais próprios cifrou-se em 20,3%. O **rácio de solvência** situou-se em 261%.

3. CORPORATE GOVERNANCE

A Millienniumbcp Fortis é um Grupo segurador detido pela Fortis e pelo Millennium bcp. Para além do cumprimento das leis e regulamentos, a garantia do cumprimento das recomendações e boas regras de governo das sociedades é uma preocupação da Millienniumbcp Fortis Grupo Segurador. A Occidental – Companhia Portuguesa de Seguros, S. A. é uma subsidiária detida a 100% pela Millienniumbcp Fortis.

ÓRGÃOS SOCIAIS

Assembleia Geral

À Assembleia Geral, além do disposto na lei, compete, em especial, eleger a Mesa da Assembleia Geral, os membros do Conselho de Administração, os membros do Conselho Fiscal ou o Fiscal Único e o Revisor Oficial de Contas ou Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, designar um Conselho de Auditoria e fixar as remunerações dos membros dos órgãos sociais e bem como os respectivos esquemas de Segurança Social e de outras prestações complementares.

Handwritten signature and initials.

A Mesa da Assembleia Geral é composta por um Presidente, um Vice-presidente e um secretário, eleitos por três anos e reelegíveis por uma ou mais vezes.

Administração e Fiscalização

A estrutura de administração e de fiscalização adoptada inclui um Conselho de Administração, com delegação da gestão corrente numa Comissão Executiva, um Conselho Fiscal e de um Revisor Oficial de Contas ou Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que não seja membro do Conselho Fiscal.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é composto por um máximo de oito membros, eleitos pela Assembleia Geral, por um período de três anos e reelegíveis uma ou mais vezes, que designam, de entre os seus membros, os respectivos Presidente e Vice-Presidente. O Conselho de Administração reúne sempre que convocado pelo seu Presidente ou por outros dois administradores e, no mínimo, uma vez em cada três meses.

Em 31 de Dezembro de 2009, o Conselho de Administração era constituído por um Presidente (Dr. Bart Karel August De Smet), um Vice-Presidente (Dr. Nelson Ricardo Bessa Machado) e por cinco Vogais (Dr. Stefan Georges Leon Braekeveldt, Dr. Martin Nanno Kok, Dr. Francisco Alexandre Robles Monteiro Lino, Dr. Jan Adriaan de Pooter, Dr. Michel Edmond Joseph Ghislain Baise e Dr. Fernando Manuel Nobre de Carvalho).

Comissão Executiva

A Comissão Executiva, constituída nos termos da lei, integra um máximo de cinco membros que inscrevem a sua actuação nos limites da delegação, e modo de funcionamento fixados em deliberação do Conselho de Administração. Os estatutos prevêm as matérias que o Conselho de Administração não pode delegar.

Actualmente, a Comissão Executiva é composta pelos administradores, Senhores Dr. Francisco Alexandre Robles Monteiro Lino, que exerce o cargo de Presidente (CEO), Dr. Jan Adriaan de Pooter (*Deputy* CEO), Dr. Michel Edmond Joseph Ghislain Baise (CFO) e Dr. Fernando Manuel Nobre de Carvalho.

Por deliberação do Conselho de Administração a distribuição de pelouros pelos membros da Comissão Executiva é actualmente a seguinte:

Dr. Francisco Alexandre Robles Monteiro Lino (CEO) - relações institucionais (autoridades de supervisão e APS), área de Apoio Corporativo, área Jurídica, área de *Compliance*, área de Auditoria Interna e Pensõesger.

Dr. Jan Adriaan de Pooter (*Deputy* CEO) - Médis, área de Organização & IT, *Back-office* dos ramos Não Vida, Plataformas técnicas dos ramos Não Vida e *Back-office* do ramo Vida (Plataforma Vida).

Dr. Michel Edmond Joseph Ghislain Baise (CFO) - área de Planeamento e Controlo, área de *Risk Management*, área de Investimentos, área Financeira, área de Actuariado, área de Resseguro.

ans
P 76

Dr. Fernando Manuel Nobre de Carvalho - áreas Comerciais (*bancassurance*, Médicos e o canal “SME – Agentes & Brokers”), áreas de Suporte à Venda e *Marketing*.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é composto por três membros efectivos e um suplente, que são eleitos, pelo período de três anos, pela Assembleia Geral que também designa o respectivo Presidente. Reúne nos prazos estabelecidos na lei e extraordinariamente sempre que convocada pelo seu Presidente, pela maioria dos seus membros ou pelo Conselho de Administração.

A fiscalização dos órgãos sociais poderá igualmente ser exercida por um Conselho Fiscal e por um Revisor Oficial de Contas ou uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que não seja membro daquele órgão.

Os membros do Conselho Fiscal ou o Fiscal Único, sempre que o julgarem conveniente, poderão assistir às reuniões do Conselho de Administração.

Conselho de Auditoria

Sem prejuízo da competência do Conselho Fiscal ou do Fiscal Único, a Assembleia Geral, nos termos do contrato de sociedade, designou um Conselho de Auditoria para a verificação das contas da sociedade e assistir o Conselho de Administração no que respeita em geral, a funções de controlo interno.

O Conselho de Auditoria é composto por três membros não executivos do Conselho de Administração, um dos quais será o Vice-Presidente do Conselho de Administração, que assumirá as funções de presidente do Conselho de Auditoria.

Secretário da Sociedade

O Conselho de Administração designa um secretário da Sociedade, bem como o respectivo suplente, com as competências previstas na lei, os quais não poderão ser membros do Conselho de Administração.

Remunerações

As remunerações dos membros dos órgãos sociais e bem assim os esquemas de Segurança Social e outras prestações complementares são fixados pela Assembleia Geral.

A política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização é estruturada de forma a assegurar o equilíbrio entre a *performance* anual da empresa e a contribuição dos membros daqueles órgãos para essa mesma *performance*. Esta política é materializada numa componente fixa de remuneração e na possibilidade de atribuição de uma componente variável. Estas componentes, e respectiva evolução, decorrem do grau de realização dos objectivos considerados no *Business Plan* que é aprovado anualmente pelo Conselho de Administração e em critérios que consideram o desempenho individual, o real crescimento da instituição e a riqueza efectivamente criada para os accionistas, a protecção dos interesses dos tomadores de seguros, segurados, participantes e beneficiários, a sua

asm
P. 76

sustentabilidade a longo prazo e os riscos assumidos, bem como o cumprimento das regras aplicáveis à actividade da instituição.

A decisão de atribuição da componente variável depende, para além do grau de cumprimento do orçamento anual, de factores relacionados com a solidez financeira da própria empresa, como sejam os níveis de solvência e de *rating*, e a própria envolvente económica e competitiva. Não está prevista a existência de planos de atribuição de acções ou de opções de aquisição de acções. O pagamento da componente variável da remuneração tem lugar após o apuramento das contas de cada exercício económico.

O montante anual de remuneração pago pela Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros, S. A. aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização no exercício de 2009, de forma agregada e individual, é o seguinte:

Jan Adriaan de Pooter	261.363,08 Euros
Total	261.363,08 Euros

Processo de Decisão Empresarial

No quadro do processo de decisão empresarial existem vários corpos sociais, comissões específicas e unidades orgânicas que, sendo eleitas pela Assembleia Geral ou designadas pelo Conselho de Administração, coadjuvam o Conselho de Administração e a Comissão Executiva no exercício das suas funções, assegurando a segregação entre as áreas de negócio e as áreas de operações.

Comité de Risco

Tem por função apoiar o Conselho de Administração e a Comissão Executiva na compreensão e gestão adequada dos riscos inerentes à actividade seguradora e de gestão de fundos de pensões, bem como assegurar a adequação do capital em relação aos referidos riscos e às operações no seu conjunto.

O papel e responsabilidades do Comité de Risco são fixados pela Comissão Executiva e estabelecidos nos respectivos termos de referência, os quais são periodicamente revistos pelo Comité de Risco, pelo Conselho de Administração ou pela Comissão Executiva em função de alterações dos requisitos regulamentares ou de princípios de gestão de risco.

Chief Investment Officer

Tem por função maximizar o retorno dos investimentos no contexto das definições estratégicas relativamente à gestão de activos (ALM). É ainda responsável pela selecção dos activos que são objecto de investimento, além de fornecer informação aos níveis local e do Grupo.

Compliance Officer

Tem por função estimular, monitorar e controlar a observação das leis, regulamentos, regras internas e padrões éticos relevantes para a integridade e, consequentemente, para a reputação da Millenniumbcp Fortis Grupo Segurador.

Handwritten signatures and initials in blue ink.

No contexto da governação corporativa, o *Compliance Officer* visa proporcionar razoável garantia de que as Companhias e os seus Colaboradores cumprem aquelas leis, regulamentos, regras internas e padrões éticos.

Faz igualmente parte da missão do *Compliance Officer* desenvolver uma relação de confiança e compreensão com as autoridades de regulação e supervisão em matéria de *compliance*.

Millennium bcp Serviços, ACE (Servibanca)

O Millennium bcp, ACE é um agrupamento complementar de empresas que constitui a principal estrutura de integração, optimização e racionalização de recursos informáticos, operativos, administrativos e de aprovisionamento, integrando um conjunto de unidades orgânicas que têm como missão a gestão de meios e a prestação de serviços.

REGRAS DE CONDUTA

Código Deontológico

Independentemente do quadro legal e regulamentar aplicável às sociedades comerciais em geral e às empresas de seguros e sociedades gestoras de fundos de pensões em particular, o Conselho de Administração aprovou um Código Deontológico que incorpora regras de funcionamento próprias e do comportamento individual de cada um dos Colaboradores e dos membros do Conselho de Administração e da Comissão Executiva, no exercício das respectivas funções.

O Código Deontológico sistematiza os princípios e as regras a observar nas práticas da actividade seguradora e de gestão de fundos de pensões, nomeadamente no que respeita às matérias de conflito de interesses, sigilo e incompatibilidades.

Procedimentos Internos para Controlo dos Riscos da Actividade

O Conselho de Administração e a Comissão Executiva, no exercício das suas funções, são responsáveis pela definição do nível de risco a assumir, bem como pela sua gestão, sendo assessorados nessa função pelas unidades transversais que a nível do *corporate governance* contribuem para o processo de decisão empresarial.

4. PERSPECTIVAS PARA 2010

O principal objectivo para o exercício de 2010 será o aumento do peso relativo do negócio Não Vida no portfolio global do Millenniumbcp Fortis. Os desafios, a que corresponderão acções específicas ao nível de produtos, serviços e canais de distribuição serão:

- Aumentar o contributo da venda activa em bancassurance por via da inovação na oferta de produtos, através do crescimento do número de novas apólices e do aumento dos prémios médios;

- Crescer as taxas de penetração e o prémio médio da venda associada a produtos bancários, assim como enriquecer a venda associada ao crédito habitação, por forma a compensar o expectável decréscimo dos volumes em consequência do abrandamento na cedência de crédito;
- Melhorar a qualidade do serviço, com vista à consecução do objectivo estratégico de excelência operacional transversal a toda a organização;
- Promover o canal de negócio direccionado ao segmento de PME, que distribui principalmente através de uma rede criteriosamente seleccionada de agentes e corretores, com grande potencial de crescimento.

Ao esforço de inovação e segmentação corresponderá, como nos exercícios anteriores, um forte investimento na melhoria da qualidade do serviço prestado aos Clientes externos e internos, através do desenvolvimento de processos robustos e inovadores, e do empenho de uma equipa de Colaboradores profissional e fortemente motivada, que incorpora na actividade diária os valores essenciais da excelência operativa, da eficiência operacional e da orientação para o Cliente.

5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O resultado líquido de impostos da Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. foi de Euros 14.465.473,24 (catorze milhões quatrocentos e sessenta e cinco mil quatrocentos e setenta e três euros e vinte e quatro centimos), considerando o que consta do relatório do Conselho de Administração e nos termos da alínea b) do nº. 1 do artigo 376º. do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se a seguinte aplicação:

- Euros 1.446.547,32 (um milhão quatrocentos e quarenta e seis mil quinhentos e quarenta e sete euros e trinta e dois centimos) para reserva legal;
- Euros 13.018.925,92 (treze milhões dezoito mil novecentos e vinte e cinco euros e noventa e dois centimos) para resultados transitados.

Lisboa, 19 de Fevereiro de 2010

O Conselho de Administração,